

Eixo 1- O lugar da vigilância em saúde no SUS - (Abrangência: Nacional)

Proposta: 2329

Sensibilizar, capacitar e integrar os profissionais da rede de atenção primária, para participarem de ações de vigilância em saúde, fortalecendo: notificações, investigações, campanhas educativas sobre agravos e doenças, com foco nas ações preventivas nas áreas de maior abrangência (dados epidemiológicos) de cada município.

Eixo 1- O lugar da vigilância em saúde no SUS - (Abrangência: Estadual e Nacional)

Proposta: 2347

Obrigatoriedade da utilização de um sistema único informatizado interligado para que todos os setores de saúde do território nacional consigam obter informações acerca dos usuários por meio do cartão nacional de saúde (CNS), substituindo com caráter de extinção os sistemas privados paralelos que alimentam o sistema único federal.

Eixo 1- O lugar da vigilância em saúde no SUS - (Abrangência: Municipal, Estadual e Nacional)

Proposta: 2003

Promover campanhas de sensibilização do(a)s profissionais de saúde e da comunidade em relação à função das vigilâncias na proteção e promoção da saúde.

Proposta: 2036

A Vigilância em Saúde do Trabalhador deve atuar em conjunto com a Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental, realizando busca ativa de agravos relacionados à saúde dos trabalhadores em conjunto com todos os níveis de assistência.

Proposta: 2095

Revisão dos processos de trabalho em Vigilância Sanitária, visando: desmistificar o papel da VISA na sociedade; amparando legalmente o fiscal para atuação e incluindo os conselhos de saúde nesse apoio.

Proposta: 2103

Instituir grupos laborais que atuem em ações coletivas de prevenção e promoção da saúde.

Proposta: 2180

Elaborar, implantar e implementar protocolos que tenham a participação efetiva da vigilância em saúde integrando as ações de notificação, investigação, tratamento, com seguimento intersetorial.

Proposta: 2225

Implantação de grupo de trabalho da vigilância em saúde e demais setores, em especial da atenção básica (formado por servidores efetivos), gestores e sociedade civil organizada para troca de informações intersetoriais em saúde, para pactuar ações e embasar práticas no território de abrangência.

Proposta: 2227

Garantir a participação democrática efetiva no processo do planejamento em saúde.

Proposta: 2228

Sistematizar e garantir a divulgação de informações do SUS, ampliando a troca de informações intersetoriais para pactuar ações e embasar as práticas da RAS.

Proposta: 2231

Implementar o Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde, regulamentando a Política de Vigilância Ambiental em Saúde, enquanto componente da Vigilância em Saúde.

Proposta: 2295

Utilizar a gestão do conhecimento na educação permanente e formação de multiplicadores, visando a integração das ações de vigilância em saúde com os demais serviços da rede de atenção à saúde.

Proposta: 2298

Garantia de que as questões sanitárias continuem sendo reguladas pela ANVISA, proibindo que leis sejam aprovadas descumprindo essa premissa, a exemplo pela Câmara de Deputados do Projeto de Lei que autoriza a produção, a comercialização e o consumo de inibidores de apetite, bem como a regulação dos rótulos dos agrotóxicos, alguns inclusive vetados na Europa e nos Estados Unidos.

Proposta: 2306

Organizar e viabilizar que o planejamento das ações em saúde seja realizado conforme a análise da situação de saúde no território de abrangência, com base nos determinantes sociais de saúde da população.

Proposta: 2308

Implantar a rede de atenção à saúde, inserindo a vigilância em saúde nas linhas de cuidado, focando nos agrupamentos de agravos e determinantes de saúde, a fim de identificar riscos sanitários e situações de vulnerabilidade.

Proposta: 2311

Garantir que o processo de planejamento das ações de vigilância em saúde seja realizado de maneira territorializada, baseado nos indicadores de saúde, qualificando e unificando os sistemas de informação e integrando os demais serviços da rede (RAS) a partir da Atenção Básica, de forma intersetorial e interdisciplinar.

Proposta: 2312

Aprimorar, com responsabilização das empresas, o processo de descarte correto de medicamentos vencidos ou de sobras de medicamentos com a adoção de um sistema de logística reversa, aplicando sanções financeiras aos transgressores, e campanhas que alertem a população sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente decorrentes da destinação inadequada desses insumos de saúde.

Proposta: 2315

Promover a tomada de consciência dos (as) profissionais em relação à importância das Notificações Compulsórias de Doenças e Agravos, por meio de ações de educação permanente em saúde, tanto nos setores públicos como privados; conferindo à Vigilância Epidemiológica autoridade de regulação/fiscalização das ações de notificação de agravo, para redução da subnotificação e monitoramento da qualidade das bases de dados de vigilância em saúde.

Proposta: 2320

Realizar ações que garantam a integração das vigilâncias: sanitária, epidemiológica, de saúde do trabalhador e saúde ambiental, com reuniões periódicas para construção e execução de plano de ação integrado, a partir dos problemas identificados em cada território, garantindo a integralidade e a resolutividade da atenção, com abordagem individual e coletiva dos problemas de saúde e ações de promoção, vigilância, proteção, prevenção e controle das doenças e agravos, controlando determinantes, riscos e danos à população.

Proposta: 2326

Garantir ações de efetiva articulação entre a vigilância em saúde e atenção básica, fortalecendo a integração da Rede de Atenção à Saúde e possibilitando que a Vigilância em Saúde seja uma atividade da atenção primária. Bem como, norteadora para redução do risco de doenças e de outros agravos e garantia da promoção, proteção e recuperação da saúde com base na sua realidade, com responsabilidade da equipe pelos indicadores da sua população e com competência para o desenvolvimento de ações das vigilâncias (epidemiológica, sanitária, ambiental e de saúde do trabalhador).

Proposta: 2327

Promover a acessibilidade às ações de vigilância em saúde descentralizadas, matriciais e transversais nos diferentes níveis de atenção do SUS, com ênfase na educação permanente em saúde, fortalecendo a atenção primária como ordenadora da rede.

Proposta: 2340

Fortalecer e ampliar as ações voltadas à saúde do trabalhador, com foco na redução dos índices de morbimortalidade, por meio de: inspeções periódicas, ações interdisciplinares de educação e prevenção de acidentes e doenças do trabalho, incentivos a pesquisa, definição de unidades sentinelas para doenças relacionadas ao trabalho em cada município, parcerias com Organizações Não Governamentais e ações intersetoriais, garantindo recursos materiais, financeiros e humanos para o efetivo cumprimento da legislação vigente.

Eixo 1- O lugar da vigilância em saúde no SUS - (Abrangência: Estadual)**Proposta: 2035**

Criar uma escola de gestores para aprimorar o conhecimento dos gerentes dos serviços de saúde, prefeitos, sobre a logística da Vigilância em Saúde, abrindo espaços para discussão de conteúdos de Vigilância em reuniões técnicas administrativas e também possibilitando a organização da Vigilância local, como espaço físico e profissional de nível universitário responsáveis pelo setor, que tenham o perfil adequados para exercerem seu papel de multiplicadores junto aos demais funcionários dos outros serviços.

Proposta: 2105

Criar linhas de cuidados de forma padronizada no estado e sensibilizar gestores e profissionais da vigilância em saúde dos desafios contemporâneos incentivando novas práticas e busca de soluções.

Proposta: 2336

Implantar novos Centros de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST) nas regiões de saúde do Planalto Norte, Nordeste (Jaraguá do Sul) e Foz do Rio Itajaí, promovendo as ações em saúde do trabalhador, fortalecendo e qualificando a fiscalização.

Eixo 2 - Responsabilidades do Estado e dos governos com a vigilância em saúde (Abrangência: Estadual e Nacional)**Proposta: 2125**

Atualização da tabela SUS, tanto no financiamento como nos procedimentos, acompanhando os avanços tecnológicos.

Proposta: 2242

Fortalecer as indústrias nacionais (públicas e privadas) de medicamentos e de outros insumos de saúde como kits diagnósticos e imunobiológicos como forma de garantir a soberania do país, proibindo ações como a recente autorização, pelo Ministério da Saúde, da compra de medicamentos mais caros de uma empresa privada, em detrimento da FIOCRUZ que tinha em estoque da sua produção alguns dos medicamentos que foram comprados.

Proposta: 2243

Proibição que fabricantes de medicamentos forneçam esses insumos aos órgãos públicos em troca de isenção de ICMS quando a relação custo-benefício é desfavorável para o governo e para a população, a exemplo do que aconteceu na cidade de São Paulo, onde os fabricantes ganharam três (3) meses de isenção de ICMS, equivalente a R\$ 66 milhões, e forneceram medicamentos que custariam apenas R\$ 30 milhões se fossem comprados pela prefeitura, com o agravante de que os produtos foram entregues com data próxima aos seus vencimentos. Esse tipo de má gestão dos recursos públicos torna mais escasso o já insuficiente financiamento das ações de vigilância em saúde.

Proposta: 2342

Abriu espaço para discussão entre Anvisa/Estado a fim de uniformizar a aplicação das ações relacionadas à legislação sanitária, incluindo a ampliação de legislações específicas de competência da saúde para atuações de fiscais de Vigilância Sanitária nos ambientes de trabalho.

Eixo 2 - Responsabilidades do Estado e dos governos com a vigilância em saúde (Abrangência: Municipal, Estadual e Nacional)**Proposta: 2005**

Definir um número mínimo de profissionais efetivos das vigilâncias em saúde de acordo com o perfil epidemiológico de risco sanitário e ambiental de cada município e o número de habitantes.

Proposta: 2006

Garantir que o estado mantenha a capacitação permanente de cursos de formação das vigilâncias (Curso Básico de Vigilância Epidemiológica, VISA e ambiental dentre outros) de acordo com as necessidades municipais, e que esse profissional seja efetivo e que permaneça no setor no mínimo cinco anos.

Proposta: 2007

Criar uma lei a nível federal, estadual e municipal que garanta que os recursos advindos de multas e alvarás sanitários sejam utilizados nas ações de vigilância em saúde.

Proposta: 2008

Garantir que os gestores invistam em recursos humanos, financeiros e materiais em quantidades suficientes e adequadas para o desenvolvimento das atividades de vigilância em saúde.

Proposta: 2011

Garantir e ampliar a manutenção de recursos federais, adequando os valores às realidades regionais.

Proposta: 2012

Garantir que os profissionais das vigilâncias em saúde sejam servidores de carreira, concursados/efetivos, para possibilitar a formação de vínculos com a comunidade e atuação junto aos demais serviços da rede.

Proposta: 2013

Deflagrar ações de base territorial e integradas voltadas aos problemas definidos coletivamente em processos participativos e descentralizados com garantia de financiamento público com a participação do governo nos diversos níveis.

Proposta: 2014

Fortalecer o empoderamento da Vigilância em Saúde, reduzindo interferências político partidárias e interesses individuais, com ampliação do interesse coletivo de proteção da saúde e estimulação das ações educativas de diagnóstico e apresentações das soluções dos principais problemas do território.

Proposta: 2015

Garantir recursos financeiros para projetos e execuções de ações relativas ao saneamento básico.

Proposta: 2018

Implantar políticas públicas de capacitação contínua para equipes, trabalhadores em saúde, conselheiros municipais de saúde, gestores e prestadores de serviços em parceria com a rede privada, a fim de atuar continuamente em ações de prevenção e promoção de saúde para a população; através da avaliação contínua de indicadores e de novos saberes tradicionais, tecnológicos e alternativos em saúde. Divulgando as ações via internet, através de um site específico com sala de bate papo e ouvidoria.

Proposta: 2047

Fazer cumprir as políticas das áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente.

Proposta: 2049

Possibilitar formação com visão integrada da vigilância em saúde para com as demais áreas da saúde (Atenção Básica, serviço especializado, Controle Social, outros) com garantia de educação permanente.

Proposta: 2051

Garantir equipe apropriada de Vigilância em Saúde de acordo com o porte populacional e características específicas de cada município, com vínculo estável para subsidiar planejamento, coordenação e supervisão das atividades relativas à coleta, registro, processamento, análise, apresentação e difusão de dados e geração de informações em saúde.

Proposta: 2053

Garantir aporte financeiro para a vigilância em Saúde com compromisso da gestão no custeio e investimento de suas ações.

Proposta: 2056

Dar autonomia aos municípios para que sejam aplicados os recursos financeiros conforme sua realidade, sem comprometer os programas de âmbito Nacional conforme o diagnóstico situacional do município fortalecendo a integração regional.

Proposta: 2057

Garantir incentivo financeiro Nacional para reorganizar as Vigilâncias em Saúde, quanto à estrutura física e formação de equipe observando qualificação e formação técnica específica para o desenvolvimento das ações propostas, garantidas com um serviço público não passível de terceirização.

Proposta: 2106

Aprimorar e otimizar o planejamento local de saúde para ampliar a abrangência das informações coletadas pelas equipes de saúde com acréscimo de dados ambientais.

Proposta: 2107

Organizar e efetivar as câmaras técnicas de vigilância em saúde para propiciar e facilitar a troca de informações entre os trabalhadores, produzindo protocolos e roteiros, visando à uniformidade do trabalho.

Proposta: 2183

Que o Estado possa garantir as condições necessárias (recursos humanos, materiais, financeiros, políticos) para que os trabalhadores possam desenvolver as ações e serviços de vigilância em saúde, com qualidade, de forma articulada e integrada com a rede de atenção à saúde e intersetorialmente.

Proposta: 2186

Garantir investimento e custeio de forma a possibilitar as ações de Vigilância em Saúde, com prioridade para proteção e promoção de saúde, por parte das três esferas de governo.

Proposta: 2188

Implantar e implementar política pública de saúde voltada ao bem-estar animal, prevendo castrações, vacinação, microchipagem, posse responsável e punições a maus tratos, incluindo a fiscalização dos criadouros. (obs.: justificado por se tratar de problema de saúde pública devido aos acidentes de trânsito causados por animais, transmissão de zoonoses e aumento de mordedura canina. Ausência de controle de criadores de animais domésticos com fins comerciais, entre outros).

Proposta: 2189

Criação de Lei que contemple financeiramente o regime de dedicação exclusiva a que estão expostos os fiscais da Vigilância Sanitária.

Proposta: 2190

Responsabilizar os entes públicos em absorver as demandas judiciais que seus agentes venham a sofrer no exercício da função.

Proposta: 2192

Priorizar a aquisição de insumos para a saúde de fabricação nacional seguindo a legislação vigente.

Proposta: 2234

Assegurar que os instrumentos de gestão das três esferas de governo assegurem previsão orçamentária e financiamento para as ações e serviços de Vigilância em Saúde já implantados, bem como, investimentos para ampliação dos mesmos.

Proposta: 2239

Garantir a estruturação e integração do serviço público para desenvolver ações e serviços da vigilância em saúde com qualidade, assegurando recursos humanos, materiais e insumos adequados e suficientes.

Proposta: 2301

Realizar auditoria cidadã da questionada dívida pública como forma de investigar a existência de irregularidades e ilegalidades, uma vez que as grandes reformas que têm sido propostas pelos governos têm na sua justificativa essa dívida pública.

Proposta: 2303

Criar e adotar critérios técnicos apropriados para a seleção de gestores públicos, proibindo que a seleção considere apenas a indicação política (no mínimo ter formação em gestão e formação e/ou experiência na área a ser gerida) para que as informações adequadas em saúde sejam utilizadas como subsídio para a tomada de decisões mais acertadas.

Proposta: 2313

Responsabilizar o Estado e os governos pelas ações da vigilância em saúde, sendo proibida a adoção de modelos privatizantes e de terceirização dos serviços.

Proposta: 2314

Promover, por parte do governo, incentivo financeiro e logístico para os agricultores produzirem alimentos orgânicos, por meio da agricultura familiar, livre de agrotóxicos e não transgênicos, com a criação de aparatos legais que regulamentem essa situação, facilitando o acesso e consumo de alimentos agroecológicos.

Proposta: 2321

Garantir a representatividade da Vigilância em Saúde nos Conselhos de Saúde e fortalecimento/criação da Câmara Técnica em Vigilância em Saúde.

Proposta: 2323

Incentivar e garantir recursos financeiros para estruturação de ações de educação permanente em Vigilância em Saúde para os Conselhos de Saúde e lideranças comunitárias.

Proposta: 2331

Regulamentar e estruturar equipe técnica mínima de Vigilância em Saúde, em todas as esferas, estabelecendo critérios para atuar de forma integrada, de acordo com as necessidades embasadas na análise da situação de saúde e perfil populacional do território.

Proposta: 2334

Garantir custeio e investimento para a Vigilância em Saúde estabelecido nos instrumentos de Gestão (plano de saúde, programação anual de saúde e PPA), com prestação de contas conforme a Lei nº 142/2012.

Proposta: 2341

Criar um sistema de informação em saúde que articule e integre os demais sistemas de informação em saúde do Ministério da Saúde, secretarias de estado e municípios, interligando as informações do usuário para vigilância em saúde, contemplando também saúde indígena e outras comunidades tradicionais, de forma que haja um aviso da notificação automática no sistema quando for inserido um CID de doença a ser notificada, possibilitando o planejamento responsável inclusive orçamentário de prevenção, promoção e transformações necessárias nos territórios.

Proposta: 2344

Garantir que o(a)s gestores do SUS sejam profissionais de carreira com nível superior, profissionais técnicos e/ou tenham experiência em saúde pública, coibindo as indicações meramente políticas.

Proposta: 2348

Legislação que contemple a Vigilância em Saúde dentro da estrutura da Secretaria de Saúde com incentivo financeiro/PQAVS (Programa de Qualificação de Ações em Vigilância em Saúde) no máximo de 50% e prevendo gratificação de produtividade (atrelado ao cumprimento de metas).

Proposta: 2349

Garantir, manter e facilitar a liberação dos recursos financeiros para o bloco de vigilância em saúde à continuidade de execução dos serviços, mantendo a possibilidade de utilização destes recursos para reforma e ampliação, estendendo para o item de construção; buscando novas fontes de financiamento para vigilância em saúde e contestando a proposta de unificação dos blocos de financiamento, com prestação de contas detalhadamente aos Conselhos de Saúde.

Eixo 2 - Responsabilidades do Estado e dos governos com a vigilância em saúde (Abrangência: Estadual)

Proposta: 2017

Capacitação continuada para servidores de forma integrada entre as vigilâncias, interligando os setores para a melhoria do desenvolvimento do exercício profissional, com equipe mínima para o desenvolvimento efetivo do trabalho.

Proposta: 2055

Garantir o cumprimento das obrigações do Estado de Santa Catarina no financiamento em Saúde.

Proposta: 2108

Estruturar o quadro de profissionais de acordo com as necessidades de saúde da comunidade (obrigatoriedade de uma equipe mínima de 02 fiscais para atuar em Vigilância Sanitária nos municípios com até 10.000 habitantes e acréscimo de 01 fiscal para cada 10.000 habitantes para os municípios maiores).

Proposta: 2114

Criar câmaras técnicas regionais de vigilância em saúde e sub câmaras de vigilância sanitária, vigilância em saúde do trabalhador, vigilância ambiental e vigilância epidemiológica, e fortalecer as existentes.

Proposta: 2117

Mudar a fiscalização sobre a estrutura dos estabelecimentos municipais de saúde e ensino, que esse passe a ser feita por órgãos estaduais para eliminar o conflito de interesses nesta questão.

Proposta: 2181

Garantir a equipe mínima necessária (dois por vigilância) e utilizar os recursos que são destinados exclusivamente para as ações das vigilâncias, pois equipes não estão estruturadas adequadamente e falta responsabilidade pública por parte dos gestores.

Proposta: 2328

Implantar/implementar a Política Estadual de Rede de Atenção à Saúde, integrando a Vigilância em Saúde e os níveis de atenção para o fortalecimento dos processos de planejamento nas esferas de gestão, com participação intersetorial, por meio do uso de tecnologias para coleta de dados, diagnóstico e intervenção.

Proposta: 2335

Garantir plano de carreira, criando leis municipais e estadual de Santa Catarina que contemplem o salário diferenciado para os fiscais sanitários que trabalham em regime de dedicação exclusiva conforme determinam as leis federais: 5.991 de 1973 - artigo 73, 6.360 de 1976 - artigo 74, lei 13.021 de 2014 - artigo 15.

Eixo 2 - Responsabilidades do Estado e dos governos com a vigilância em saúde (Abrangencia: Nacional)

Proposta: 2111

Definir um número mínimo de técnicos para compor cada serviço de Vigilância (Epidemiológica, Sanitária, Saúde do trabalhador, Ambiental) de forma a se habilitar para recebimento de recursos e garantir a efetividade dos serviços.

Proposta: 2116

Implementar a vigilância em saúde ambiental em todos os municípios.

Proposta: 2118

Intensificar a fiscalização e auditoria para maior e melhor desempenho dos serviços públicos e conveniados.

Proposta: 2119

Propor ao Ministério da Saúde que as ações (campanhas e protocolos) sejam voltadas para atender as necessidades locais de cada região.

Proposta: 2302

Revogar a EC (Emenda Constitucional) 95 que congelou o orçamento destinado à saúde e a educação pelos próximos 20 anos, permitindo que a destinação dos recursos para investimentos públicos considere a progressão do PIB, o avanço da economia, a inflação e a exploração do Pré-Sal.

Eixo 3 - Saberes, práticas, processos de trabalho e tecnologias na vigilância em saúde (Abrangencia: Nacional)

Proposta: 2155

Criar grupos de trabalho para prevenção relacionada a transtornos psicológicos decorrentes do trabalho em profissionais da saúde e da educação pública e privada.

Proposta: 2156

Instituir, informar e vincular a obrigatoriedade da vacinação dos usuários para o recebimento dos benefícios governamentais e ingresso em instituições de ensino.

Proposta: 2266

Realizar a revisão dos critérios de adesão ao Programa ?Consultórios de Rua?, estimulando a adesão dos municípios ao Programa no manejo e assistência à população de rua.

Proposta: 2305

Revogar o decreto presidencial de maio de 2017 que libera a educação a distância para cursos de graduação na área da saúde, contrariando a Resolução Nº155, de 07 de outubro de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Eixo 3 - Saberes, práticas, processos de trabalho e tecnologias na vigilância em saúde (Abrangencia: Estadual e Nacional)

Proposta: 2058

Grupo técnico intersetorial para a educação permanente, divulgação do trabalho executado pelas vigilâncias e da importância das mesmas, gerando um auxílio para o grupo de trabalho de campo. Com suporte das regionais.

Proposta: 2144

Inserir na grade curricular dos cursos de saúde humana e animal, engenharia, arquitetura, direito, ciências contábeis, disciplinas relativas à Vigilância em Saúde e legislação sanitária.

Proposta: 2304

Fortalecer a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública e realizar investimentos em tecnologias e em qualificação dos trabalhadores de rede de laboratórios públicos para assegurar a ampliação da capacidade diagnóstica das doenças e agravos de interesse da vigilância em saúde, com a liberação de resultados confiáveis e em tempo oportuno e controle dos agravos e doenças de notificação compulsória.

Eixo 3 - Saberes, práticas, processos de trabalho e tecnologias na vigilância em saúde (Abrangência: Municipal, Estadual e Nacional)

Proposta: 2020

Promover e efetivar a integralidade entre as vigilâncias em saúde, de acordo com a demanda, em todas as esferas de governo.

Proposta: 2059

Aprimoramento do processo de descarte correto dos resíduos (químico/biológico) com a realização de campanhas que alertem a população sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente.

Proposta: 2061

Realização de investimento em tecnologias e em qualificação dos trabalhadores da Vigilância em Saúde.

Proposta: 2065

Garantir integração das informações da Vigilância em Saúde ao E-SUS com disponibilização das informações em tempo real.

Proposta: 2067

Estimular a integração dos vários conselhos existentes no território como: educação, saúde, segurança, ambiental, com reuniões periódicas, em busca de soluções dos vários problemas relacionados à Vigilância em Saúde, incentivando a participação social.

Proposta: 2068

Garantir para 100% da população água potável, saneamento básico bem como sistema de tratamento de resíduos.

Proposta: 2069

Garantir que os governos municipal, estadual e federal recebam as denúncias relacionadas à assistência hospitalar e ambulatorial criando comitê de acolhimento para investigação de procedimentos hospitalares e acesso ao atendimento com representantes da vigilância em saúde, ministério público, procuradoria, membros do conselho de saúde, serviço de verificação de óbito e outros.

Proposta: 2070

Incentivo a agricultura familiar, com produção de produtos orgânicos com possibilidade de competitividade no mercado, e sendo incorporados a programas para melhoria da merenda escolar e incentivo a horta domiciliar e escolar

Proposta: 2071

Efetivar a educação em saúde para a população em geral dando ênfase nas escolas e instituições de ensino.

Proposta: 2073

Construir e estabelecer coletivamente protocolos para linhas de trabalho de integração das ações da Vigilância em Saúde com avaliações periódicas.

Proposta: 2074

Normatizar e financiar os profissionais para as equipes de Vigilância em Saúde de acordo com o número de habitantes e especificidades do território.

Proposta: 2075

Fortalecer os modelos de educação permanente que utilizem metodologias ativas e inovadoras de ensino aprendizagem para os trabalhadores de saúde.

Proposta: 2077

Incentivar políticas públicas de padronização de rótulos e embalagens de alimentos processados industrialmente de modo a minimizar o consumo destes produtos, informando os malefícios dos mesmos.

Proposta: 2147

Incrementar o acesso em rede com qualidade e quantidade trabalhando de forma integral os serviços prestados a população nas dimensões de interdependência que compreendem disponibilidade, aceitabilidade, capacidade de pagamento, e informação gerando bem estar e qualidade de vida.

Proposta: 2149

Criar o núcleo de educação permanente de vigilância em saúde perpassando todas as redes e serviços.

Proposta: 2150

Descentralizar e garantir os insumos para a realização dos exames em tempo oportuno, criando uma estrutura hierarquizada com graus de complexidade distintas e incorporar tecnologias inovadoras na área de diagnóstico incentivando a pesquisa inclusive territorial.

Proposta: 2194

Divulgar as campanhas de vacinação com antecedência, com distribuição de material em tempo hábil para planejamento e execução das ações nos municípios.

Proposta: 2195

Realizar ações de controle com foco na obesidade infanto-juvenil, fortalecendo ações de educação permanente com política nutricional e condicionamento físico em idade escolar.

Proposta: 2202

Priorizar promoção e proteção em saúde, por meio de programas educacionais intersetoriais voltados para o exercício da cidadania, utilizando metodologias ativas/aprendizagem significativa e, estimulando a formação crítica dos diversos atores sociais, especialmente nas escolas e comunidades.

Proposta: 2250

Identificar, criar e incentivar formas de controle biológico de vetores, com intuito de reduzir danos ambientais e a saúde da população.

Proposta: 2251

Propor a inclusão de questões relacionadas com a vigilância em saúde (orientações sobre alimentos, medicamentos, vetores, resíduos, água, zoonoses, prevenção de acidentes de trânsito, entre outros) nas ações realizadas em conjunto com as secretarias de educação.

Proposta: 2252

Cumprir e garantir a lei 12.997/2014, no que tange a periculosidade/risco de vida dos agentes de endemias motociclistas; a lei 13.342/2017, que dá direito a todos os agentes de endemias a receberem insalubridade e a lei 12.994/2014 que dá direito ao piso salarial da categoria.

Proposta: 2253

Garantir avaliação técnica de insalubridade a todos os profissionais da vigilância em saúde.

Proposta: 2256

Garantir a proteção jurídico-funcional aos servidores da vigilância em saúde para o exercício de suas atividades.

Proposta: 2257

Promover educação permanente para os servidores da vigilância em saúde e instituir gratificação por dedicação exclusiva, garantindo a permanência e estabilidade dos mesmos, na execução de suas funções.

Proposta: 2260

Implantar e dar suporte técnico para novas tecnologias no processo de trabalho visando a segurança destes processos, bem como, a agilidade nos serviços prestados com excelência.

Proposta: 2264

Desenvolver ações de promoção de saúde através da educação em saúde com a população para o cuidado e a responsabilidade na criação, posse e cuidado de animais, reduzindo os agravos em zoonoses.

Proposta: 2265

Criar, por meio de ações intersetoriais sistema nacional de cadastramento e rastreamento de animais domésticos para evitar abandono.

Proposta: 2270

Garantir a aposentadoria integral dos profissionais da saúde expostos às condições insalubres por 25 anos de trabalho efetivo.

Proposta: 2271

Criar e implantar o Plano Nacional de Cargos, Carreiras e Salários para os profissionais de Vigilância em Saúde.

Proposta: 2272

Garantir a gestão dos recursos arrecadados pela própria Vigilância Sanitária através de cobranças de taxas e multas, para aplicação no próprio setor.

Proposta: 2273

Criação de uma carreira de Estado de pesquisador em vigilância em saúde para aprimorar o processo de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde de modo que haja uma maior produção de informações e conhecimentos oportunos e confiáveis que permitam uma melhor organização dos processos de trabalho, uma sensibilização e mobilização da população e uma tomada de decisão mais acertada para a proteção e promoção da saúde das pessoas e à prevenção e controle mais eficiente de riscos, agravos e doenças.

Proposta: 2275

Implantação de um programa de auditoria em saúde do trabalhador como ferramenta facilitadora do alcance dos objetivos estabelecidos na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, evidenciando as não conformidades presentes nos ambientes de trabalho e subsidiando os trabalhadores, os gestores e os empresários para a tomada de decisões acertadas e resolutivas para a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.

Proposta: 2296

Ampliar a capacidade técnica das equipes e da gestão em Vigilância em Saúde, garantindo o processo de educação permanente aos facilitadores, sejam eles sociais ou profissionais, nas divulgações dos conhecimentos para melhoria da qualidade do planejamento e execução das ações.

Proposta: 2299

Garantir a implementação e o fortalecimento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos e das atuais mudanças na legislação trabalhista.

Proposta: 2300

Adoção de modelos e financiamento de educação permanente que utilizem metodologias ativas e inovadoras de ensino-aprendizagem para os trabalhadores envolvidos com vigilância em saúde.

Proposta: 2309

Incluir na grade curricular da educação (do ensino fundamental ao superior), a área de vigilância em saúde visando à promoção e a prevenção de forma integrada e sustentável, pactuada com a Secretaria da Educação.

Proposta: 2310

Fortalecer e ampliar as ações de vigilância sanitária com aumento do aporte de recursos financeiros voltados para ações de saúde do trabalhador, garantindo fiscalizações dos ambientes de trabalho com frequência e qualidade que permitam promover e proteger adequadamente a saúde dos trabalhadores e reduzir as morbimortalidades decorrentes dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos. Promover ações de auditoria em conjunto com outros órgãos e afins.

Proposta: 2316

Incentivar e implementar técnicas alternativas com novas tecnologias para o combate de vetores e doenças, com produtos que causem menor impacto ambiental e de saúde, por meio do investimento em pesquisas de defensores agrícolas naturais, economicamente viáveis.

Proposta: 2319

Implementar e qualificar programas intersetoriais de alimentação e nutrição saudáveis, desenvolvendo projetos educativos e ações de comunicação com a população, conselhos de saúde, agricultores e escolas, combatendo o atual modelo nutricional inadequado e consumista, reduzindo o uso de agrotóxicos.

Proposta: 2332

Garantir ações da vigilância em saúde voltadas aos cuidados em saúde mental e que os agravos passem a ser objeto central de atenção, visando qualificar a escuta das demandas, em consonância com a rede de atenção psicossocial e a Política Nacional de Saúde Mental.

Proposta: 2333

Conceber um modelo de controle de vetores transmissores de doenças que não necessite utilizar agrotóxicos, que seja apoiado sobre as causas que geram a proliferação dos vetores, articulando políticas públicas de saneamento e infraestrutura e que possibilite o protagonismo da sociedade para identificar intervenções sustentadas.

Proposta: 2339

Ampliar o número de CEREST Regionais no Estado de SC contemplando 100% de cobertura para os municípios, ampliando e garantindo sua atuação com ações de matriciamento para além da notificação, integrando-se a VISA. Implementar assim, a política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, visando à promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos, com garantia de financiamento tripartite, assegurando equipes, insumos e materiais suficientes para desenvolver as ações, garantindo que os recursos não sejam usados para custear folha de pagamento.

Proposta: 2343

Melhorar logística do fluxo laboratorial do LACEN por região, através de uma redistribuição geográfica e regionalização das análises laboratoriais dos laboratórios em função da grande demanda apresentada pela região, com melhorias na infraestrutura, pessoal, equipamentos e insumos para realização das análises, incluindo os testes rápidos, e realização dos exames de referência.

Proposta: 2346

Reorganizar e fortalecer a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, (CIES, residências, capacitações), garantindo recursos financeiros.

Eixo 3 - Saberes, práticas, processos de trabalho e tecnologias na vigilância em saúde (Abrangência: Estadual)**Proposta: 2126**

Fortalecer a intersetorialidade na saúde para promoção do autocuidado apoiado, e utilização do SISVAN como sistema de apoio epidemiológico de nutrição.

Proposta: 2127

Programação para capacitação dos profissionais de vigilância em Saúde durante sua vida profissional, para que haja uma formação cronológica, onde todos possam ter acesso, efetivando-se a Política de Educação Permanente em Vigilância em Saúde.

Proposta: 2145

Criação de programas e parcerias com EPAGRI, CIDASC e órgãos públicos municipais para capacitação de núcleos de produtores para o controle de vetores e seus agravos.

Proposta: 2151

Implantar centros microrregionais de zoonose e fortalecer os que existem, para melhorar o conhecimento e avaliação das situações de riscos dos vetores junto à população, intensificando assim ações de monitoramento e aplicação de penalidades a criadores informais de comercialização de animais, atividade esta em conjunto com a vigilância ambiental.

Proposta: 2152

Garantir a efetivação dos serviços desenvolvidos pelo Estado quanto à análise laboratorial e retornos dos resultados conforme protocolos locais.

Proposta: 2154

Fomentar a intersetorialidade na vigilância em saúde para deliberação de planejamento estratégico em ações educativas que envolvam a comunidade desenvolvendo atividades do território sanitário em ações com os conselhos locais e municipais de saúde. Aproximar os agentes de combate a endemias e os ACS para atuar junto com as unidades básicas de saúde, elaborar um plano de ação com a equipe dentro do território sanitário, nas quais já estão vinculados ao CNES.

Proposta: 2158

Fazer ação comunitária em parceria com as Secretarias de Educação, Saúde e Meio Ambiente para promover a limpeza de territórios, com orientação aos proprietários e aplicação de penalidades para não haver reincidência.

Proposta: 2159

Atualização contínua do Código Sanitário Estadual.

Proposta: 2249

Implantar, estruturar e implementar, no organograma das secretarias de municipais de saúde, os núcleos e centros de zoonoses municipais e/ou regionais.

Proposta: 2255

Promover ações integrativas entre os entes da vigilância em saúde efetivando a intersetorialidade de forma articulada com a atenção básica e demais órgãos.

Proposta: 2259

Reativar as Câmaras Técnicas abrangendo individualmente cada ente componente da Vigilância em Saúde e instituir Câmara Técnica Estadual.

Proposta: 2263

Garantir a ampliação do quadro de profissionais da Vigilância em Saúde (administrativos e técnicos de nível médio e superior), através de concurso público, visando à melhoria da eficiência e resolutividade das ações.

**Eixo 4 - Vigilância em saúde participativa e democrática para enfrentamento das iniquidades sociais em saúde
(Abrangência: Nacional)**

Proposta: 2160

Ampliar a participação popular e fomentar a corresponsabilidade do usuário, com base na lei 8080/90 art.2º parágrafo 2º.

**Eixo 4 - Vigilância em saúde participativa e democrática para enfrentamento das iniquidades sociais em saúde
(Abrangência: Estadual e Nacional)**

Proposta: 2164

Ampliação do financiamento do SUS em todas as esferas de governo para atendimento da necessidade municipal com participação dos conselhos municipais de saúde, com princípio de transparência.

Proposta: 2318

Intensificar ações de promoção à saúde nas escolas, municipais e estaduais da rede pública e privada com o propósito de formar multiplicadores mirins, implementar ações de vigilância em saúde no Programa Saúde na Escola e incentivar a agricultura familiar e consumo de alimentos orgânicos e saudáveis; fazendo cumprir o consumo de produtos orgânicos na merenda escolar da mediante legislação específica.

**Eixo 4 - Vigilância em saúde participativa e democrática para enfrentamento das iniquidades sociais em saúde
(Abrangência: Municipal, Estadual e Nacional)**

Proposta: 2029

Estimular participação de gestores e trabalhadores do SUS nas Práticas Integrativas e Complementares (PIC), objetivando melhoria da qualidade de vida da população, através da implantação e divulgação destas praticas.

Proposta: 2079

Sensibilizar com informações acessíveis e instrumentalizar a população para a participação das ações de vigilância em saúde, por meio das organizações da sociedade civil.

Proposta: 2080

Fazer cumprir as políticas de Saúde Ambiental (vigi-solo, vigi-agua, vigi-peq, vigi-desastres, vigi-fese vigi-ar).

Proposta: 2083

Estruturação da vigilância em saúde, no que se refere aos profissionais, com contratação de servidores por meio de concurso público específico, com formação de equipe multiprofissional, com o aumento do coeficiente da proporcionalidade da contratação por número de habitantes e características específicas do município, e com a valorização dos profissionais estabelecendo plano de cargos e salários, gratificações e adicional por insalubridade, baseado na NR 15.

Proposta: 2084

Capacitar um profissional do quadro das unidades de saúde, em vigilância em saúde, para intervir como multiplicador das ações/informações da vigilância diretamente no território de forma contínua, atuando como um elo entre a comunidade e as vigilâncias.

Proposta: 2085

Implantar um núcleo de vigilância de saúde composto por um membro titular de cada unidade de saúde; o núcleo terá agenda mensal para que este membro possa intervir como multiplicador das ações/informações de vigilância diretamente no território, sendo um elo entre as vigilâncias, equipe de saúde e comunidade.

Proposta: 2086

Criar e ampliar a divulgação de um núcleo intersetorial com o propósito de garantir o atendimento às pessoas em situação de violência, de forma integral.

Proposta: 2089

Aprimorar as plataformas de informação em saúde, de forma rápida, acessível e atualizada, essenciais para formação de uma consciência sanitária.

Proposta: 2090

Reconhecer a Vigilância em Saúde como ordenadora das ações de promoção e de proteção da saúde.

Proposta: 2091

Manutenção de 100% de cobertura das micro áreas na ESF, com agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias com manutenção desta cobertura.

Proposta: 2162

Implementar a Saúde Bucal dentro da Estratégia de Saúde da Família.

Proposta: 2169

Sensibilizar a população na participação de ações de vigilância em saúde. (vídeos em salas de espera...)

Proposta: 2170

Viabilizar recursos financeiros para o segmento de usuários participar das conferências e cursos (tudo o que for promovido pelo SUS).

Proposta: 2211

Fortalecer a participação técnica e social nos conselhos e capacitar os membros dos conselhos municipais da administração pública. Apresentar os indicadores da situação de saúde nos conselhos.

Proposta: 2218

Incentivar a elaboração e publicização de materiais audiovisuais para educação e incentivo à participação popular nos temas da vigilância em saúde, utilizando as ferramentas do Telessaúde.

Proposta: 2220

Aprimoramento dos canais de comunicação com a sociedade, nos três níveis de governo, para divulgação das ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde por meio da criação de lei federal obrigando que os canais de comunicação públicos e privados disponibilizem espaços gratuitos no âmbito da vigilância em saúde.

Proposta: 2223

Adequar o modelo de vigilância em saúde para que os profissionais que nela atuam desenvolvam diagnósticos visando identificar e superar as iniquidades.

Proposta: 2289

Fomentar, executar e monitorar ações intersetoriais e multiprofissionais de saneabilidade nos rios, afluentes e córregos, com o intuito de reduzir danos ambientais e a saúde da população.

Proposta: 2294

Vencer a fragmentação dos sistemas de informação por meio da transversalidade, trabalhando de forma articulada e monitorando regionalmente os indicadores para promover maior integração e coordenação dos sistemas na saúde, com divulgação dos dados por meio do Conselho Municipal de Saúde, meios eletrônicos disponíveis e parcerias com mídias locais visando a implementação de políticas públicas intersetoriais.

Proposta: 2297

Aprimorar os canais de comunicação com a sociedade para que esta perceba a importância da vigilância em saúde na vida de cada cidadão e, participe ativamente e de forma democrática na definição de ações e estratégias para o enfrentamento das iniquidades sociais. Por meio de conselhos de saúde, fóruns ampliados, ouvidorias, universidades, associações de bairros, entre outros; publicando semestralmente boletins informativos de vigilância em saúde, com dados epidemiológicos e sanitários da população adscrita, no âmbito municipal/estadual/federal.

Proposta: 2307

Criar e viabilizar, por meio das secretarias municipais e estaduais de saúde, os processos de educação permanente para o controle social contemplando a temática da vigilância em saúde, permitindo que os conselheiros atuem de modo a cumprir com as suas funções adequadamente, compreendam a importância da vigilância em saúde e promovam a participação popular.

Proposta: 2322

Realizar atividades formativas histórico-políticas em espaços de convivência social (instituições religiosas, movimentos sociais, associações de pais e professores, conselhos escolares entre outros) em parceria com os Conselhos de Saúde, publicizando suas atuações e sensibilizando a população para o controle social nas ações de vigilância em saúde.

Proposta: 2324

Garantir o acesso facilitado às informações da vigilância em saúde em tempo real, por meio de site, mídias e redes sociais de forma clara e acessível, da mobilização à participação em audiências, assembleias e conferências, favorecendo a análise de indicadores de saúde para a construção de ações conjuntas, controle social, gestão e comunidade, a fim de ampliar a conscientização, a valorização e o fortalecimento da corresponsabilização.

Proposta: 2325

Ampliar a produção de materiais informativos e comunicações públicas para população sobre a vigilância em saúde, bem como as funções e responsabilidades do controle social.

Proposta: 2330

Dar visibilidade e acesso facilitado, com dados atualizados periodicamente, sobre os serviços prestados pela vigilância em saúde aos usuários, por meio do aprimoramento dos canais de comunicação (boletins, relatórios, jornais, rádios, sites oficiais, portais municipais, ouvidorias, chats ou fale conosco) com a sociedade para que esta perceba a importância da vigilância em saúde na vida de cada cidadão.

Proposta: 2345

Garantir que a vigilância em saúde seja orientada pelos princípios da universalidade, integralidade, com a participação social e de forma territorializada, tendo como protagonistas a sociedade e os trabalhadores da vigilância.

Eixo 4 - Vigilância em saúde participativa e democrática para enfrentamento das iniquidades sociais em saúde (Abrangência: Estadual)

Proposta: 2027

Fortalecer e capacitar o trabalho dos ACS, assim como dos ACEs e Conselhos Municipais de Saúde em suas atividades, para o desenvolvimento de um elo efetivo de comunicação e cooperação dos serviços de Vigilância em Saúde com a comunidade.

Proposta: 2028

Fomentar o trabalho em conjunto de todas as secretarias, vigilâncias e conselhos, para elencar as principais necessidades da população de cada município, levando a informação continuada para toda população.

Proposta: 2210

Construir sistemas alternativos de baixo custo contemplando localidades vulneráveis, melhorando a cobertura de saneamento básico.

Proposta: 2221

Estimular a interação da vigilância em saúde em consonância com a atenção básica, na vida de cada cidadão e participe ativamente e de forma democrática na definição de ações e estratégias para o enfrentamento das iniquidades sociais.

Proposta: 2284

Instaurar e garantir a continuidade de comitês técnicos intersetoriais para estruturação de políticas públicas que atendam as diretrizes de Vigilância em Saúde.

